



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

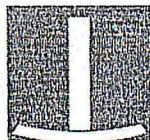
Processo nº : 4696531/2013
Nome : COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO FORO
Assunto : Licitação

DESPACHO Nº 910/2014 – Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, conforme Edital nº 115/2013 (fs. 124/160), com recebimento das propostas das 12h00 às 18h00 do dia 6.12.2013, abertura das propostas das 08h00 às 14h00 do dia 9.12.2013 e início da sessão de disputa de preços às 14h30 do dia 9.12.2013, objetivando o fornecimento de refeições e lanches aos Tribunais do Juri e Turma Julgadora da Comarca de Goiânia, por um período de 12 meses, conforme especificado nos anexos do ato convocatório.

Após a aprovação do referido Edital pela Assessoria Jurídica (fs. 124/161) e análises da Controladoria Interna (fs. 117/118), os autos foram remetidos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos decorrentes.

Conforme consta na Ata da Sessão Pública do Pregão (fs. 212/217) e no Relatório de Resumo da Licitação (fs. 218/221) foram apresentadas as seguintes propostas pelas respectivas empresas: Lote 01, estimado em R\$741.972,00 – Artes & Delícias Comercial de Produtos Alimentício – R\$ 745.250,00; Vip Services Turismo Eventos e Negócios Ltda – R\$ 741.972,00; Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz – R\$ 704.256,00; Sabor Essencial Ind. e Com. de Alimentos Eireli – R\$ 741.972,00 e Lote 02, estimado em R\$ 310.560,00 – Artes & Delícias Comercial de Produtos Alimentício – R\$ 312.000,00, Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz – R\$ 291.360,00; Sabor Essencial Ind. e Com. de Alimentos Eireli – R\$ 310.560,00.

Após as análises o Pregoeiro desclassificou as propostas das empresas Artes & Delícias Comercial de Produtos Alimentício, Vip Services Turismo Eventos e Negócios Ltda e Sabor Essencial Ind. e Com. de Alimentos Eireli, referentes ao Lote 1 e das empresas Artes & Delícias Comercial de Produtos Alimentício e Sabor



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Essencial Ind. e Com. de Alimentos Eireli, referentes ao Lote 2, todas motivadas por não apresentarem em suas propostas os valores unitários e subtotal dos itens dos respectivos lotes.

De consequência, após abertura e encerramento da fase de lances, na data de 9.12.2013, o Pregoeiro declarou vencedora e adjudicou o objeto da licitação, referente aos dois lotes, para a única empresa classificada, qual seja, Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz, nos exatos valores inicialmente ofertados.

Todas as empresas desclassificadas manifestaram intenção de apresentar recurso, por não concordarem como o motivo da desclassificação.

A empresa Sabor Essencial Indústria e Comércio de Alimentos Eireli – ME protocolou seu recurso na data de 12.12.2013 (autos nº 4767233, em apenso) aduzindo, em suma: que a proposta foi apresentada dentro do intervalo de tempo determinado e em conformidade com os termos do Edital e da legislação vigente, atendendo aos critérios de julgamento, constando o valor, especificação, descrição dos quantitativos e marca; que não estava previsto no Edital a observância de valores unitários por se tratar de uma licitação do tipo menor preço por lote; que a proposta estava dentro do parâmetro de 10% das demais propostas superiores ao menor lance; que a empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz somente apresentou sua proposta no dia 8.12.2013, às 21:51:09:0695, ou seja, mais de 48 horas após o horário limite para recebimento das propostas. Na sequência, citou em seu embasamento jurídico doutrinas, jurisprudências e legislação, requerendo, ao final, a classificação de sua proposta com retorno do certame à fase de lances e a desclassificação da proposta da empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz por ter descumprido regra estabelecida no Edital quanto ao dia e horário para cadastramento da proposta. Anexou cópia de resumo da licitação expedido do sistema Licitações-e do Banco do Brasil e cópia de partes do Edital.

A empresa Vip Services Turismo Eventos e Negócios Ltda protocolou seu recurso na data de 13.12.2013 (autos nº 4768337, em apenso) alegando, em suma: que participa de vários processos licitatórios por meio de Pregão Eletrônico desde 2009 e os principais sistemas utilizados são do “Comprasnet” e “Licitações-e” do Banco do Brasil, sendo que nunca foi desclassificada por não apresentar proposta econômica contendo valores unitários e subtotais no sistema do “Licitações-e”, visto que sempre ao final do certame a empresa vencedora envia



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

proposta com os valores reajustados ao valor arrematado e com apresentação de valores unitários e globais, especificando marca, modelo, entre outros, quando fosse o caso; que a desclassificação de três licitantes dentre quatro interessados, por este motivo, violou os princípios da razoabilidade, objetividade e economicidade, impossibilitando consequentemente a realização da disputa por preços mais baixos na contratação de produtos e serviços para o próprio Tribunal de Justiça; que não foi aplicado o princípio da impessoalidade, pois a proposta apresentada pela empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz Indústria e Comércio Ltda – ME consta sua identificação, o que não deveria ter acontecido, pois a mesma foi apresentada antes da realização da disputa e deveria ter sido feita sem a identificação do proponente; que a proposta da empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz Indústria e Comércio Ltda – ME foi apresentada/cadastrada no sistema “Licitações-e” em 8.12.2013, às 21hs51min29seg, ou seja, após o prazo estipulado em Edital, que era das 12hs00min às 18hs00min do dia 06.12.2013. Por fim, requereu o recebimento, análise e provimento do recurso, no sentido de desclassificar a empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz Indústria e Comércio Ltda – ME do certame licitatório por não atender exigências contidas em Edital.

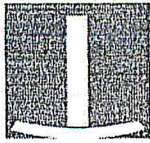
Não houve contrarrazões aos recursos.

Após análises dos recursos, o pregoeiro exarou decisão inserta às fs. 37/47 dos autos nº 4767233 (apenso) enfrentando as alegativas das recorrentes, dentre os quais destacamos:

Impende ressaltar que não prosperam as alegações concernentes ao recebimento de proposta extemporânea, pois o prazo final de acolhimento de proposta se coincide com o prazo de abertura. Neste ponto, mister esclarecer aos recorrentes que o sistema de Pregão Eletrônico pelo site do Banco do Brasil, mais precisamente a fase de recebimento de proposta, acontece conforme programação do próprio sistema, tal momento (data e hora) só se encerra/altera até a fase seguinte, ou seja, a de abertura de propostas pelo Pregoeiro, e, que, somente daí em diante, esse limite será iniciado e terminado pelo mesmo. Assim, é nítido que o prazo para recebimento de propostas, foge da competência do Pregoeiro, fato que o próprio sistema comprova.

(...)

Efetivamente, o objeto do pregão é a prestação é a prestação



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

de serviços de fornecimento de refeições pelo prazo de 12 meses, conforme especificações contidas no(s) anexo(s) deste Edital; que facilmente constata-se nos anexos II e III (Termo de Referência), e, portanto, a necessidade de composição de preços, dos dois lotes.

Apesar de ter sido a licitação por valor global, seus valores unitários são imprescindíveis, para validação das propostas, não se tratando de mero formalismo, sendo os anexos parte integrante do edital, vinculam tanto o pregoeiro como os participantes do pregão.

Sendo as empresas proponentes responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e tendo sido possível a exata compreensão das propostas apresentadas, não procede a alegação de ilegalidade ou vícios e tampouco em afronta aos princípios basilares do Direito Administrativo, posto que a decisão do Pregoeiro foi pautada nos princípios da moralidade, impessoalidade, no da celeridade processual, vinculação ao instrumento convocatório e ainda o da economicidade.

E o pregoeiro assim concluiu:

DECISÃO

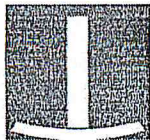
Face ao exposto, já conhecidos o recursos e pelas razões acima apontadas, em se tratando de pregão eletrônico não permitindo retroação de etapas, estão as empresas desclassificadas, pelo que, pugna pela manutenção da decisão atacada, com a consequente adjudicação do objeto da licitação à empresa PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA BRAZ DE QUEIROZ INDUSTRIAL, posto que sua proposta, com valor total de R\$ 1.052.532,00 (Um milhão, cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais), atende às exigências do ato convocatório.

Isto Posto, nos termos do §4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, à autoridade superior, para apreciação da decisão adotada, retornando os autos à Secretaria para comunicação da decisão às licitantes interessadas. (ass) Rogério Castro de Pina. Pregoeiro.

Em seguida, os autos foram encaminhados a esta Diretoria-Geral para homologação, conforme Despacho nº 115/2013 (f. 224).

Pois bem.

Antes de adentrar às análises quanto à homologação do certame



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

objeto destes autos e dos recursos ofertados, cumpre-nos recapitular a licitação realizada por meio do Edital de Licitação nº 035/2013 – Pregão Presencial, na data de 14.6.2013, cujo objeto (especificação e quantitativo) foi idêntico ao objeto deste processo, no valor total estimado em R\$ 607.050,48, tendo sido posteriormente acrescido apenas o serviço para fornecimento de 2.112 marmitex no valor estimado de R\$ 28.512,00, conforme se vê nas cópias juntadas às fs. 225/226 em comparação com a planilha de f. 140.

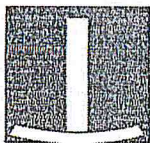
Naquela licitação sagrou-se vencedora a empresa Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz Indústria e Comércio Ltda, com a proposta vencedora no valor de R\$ 606.498,64 (cópia da ata às fs. 227).

A referida licitação foi homologada, entretanto, em análise posterior, a Assessoria Jurídica exarou o Parecer nº 260/2013 (cópia às fs. 228/235), o qual foi integralmente acolhido por meio do Despacho nº 4794/2013, de 5.7.2013 (cópia às fs. 236/237) que resultou na anulação daquele certame, com a seguinte fundamentação:

A Assessoria Jurídica desta Diretoria, ao analisar o procedimento nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, entende, dentre outras alegações, que houve vício na fixação do preço de referência para a licitação, constatando uma diferença de 100% (cem por cento) em um item componente do custo total, e disparidade de preços em relação aos demais itens, elevando a estimativa de valor e frustrando a finalidade da licitação ao não alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração, contrariando o art. 3º, da Lei nº 8.666/93, e o princípio da economicidade.

Isso posto, considerando o poder de autotutela da Administração Pública consagrado nas Súmulas 346 e 473, ambas do Supremo Tribunal Federal (STF) e na supremacia do interesse público na condução dos procedimentos licitatórios, com fundamento no art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93, e nas atribuições a mim conferidas pelo Decreto Judiciário nº 1.693/2009, adotando as razões do parecer jurídico em referência, anulo totalmente a licitação processada via Pregão Presencial nº 035/2013.

Consta, ainda, no referido Parecer Jurídico, as seguintes considerações, cuja transcrição é oportuna:



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Ocorre que na análise do valor global adjudicado (R\$ 606.498,64) – fls. 402 e, após a realização do certame, da proposta (R\$ 606.473,04) – fls. 404/406, chama a atenção os preços dos itens componentes da proposta vencedora, sendo que os valores do quilo da refeição a R\$ 59,90, sobremesa (R\$ 39,66), refrigerante de 2 litros (R\$ 8,67), suco de frutas (R\$ 7,50), salgado (R\$ 41,67/kg), dentre outros, mesmo com todos os custos agregados, entremostam-se muito superiores (superfaturados) em relação aos preços praticados nos restaurantes da capital com cardápios de excelente qualidade, e também de estabelecimentos do gênero para os demais itens.
(...)

Evidente que a fixação do preço de referência foi viciada em razão de cotações fora da realidade de mercado, maculando o procedimento licitatório, o que importa em grave mitigação aos princípios do interesse público, da economicidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, dentre outros.

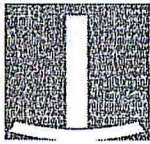
Como observamos, aquela licitação foi anulada em razão de vício na fixação do preço de referência, que resultou na elevação da estimativa de valor, frustrando a finalidade da licitação, por não ter alcançado a proposta mais vantajosa.

Note-se, como exemplo, que o valor do quilo da refeição havia sido contratado pelo valor de R\$ 59,90 (cinquenta e nove reais e noventa centavos), o qual foi considerado “muito superiores (superfaturados) em relação aos preços praticados nos restaurantes da capital com cardápios de excelente qualidade, e também de estabelecimentos do gênero para os demais itens”.

Vale reforçar também que o total daquela contratação foi no importe de R\$ 606.498,64, com as mesmas especificações e quantitativos do objeto desta licitação em análise, sendo esta acrescida apenas dos serviços para fornecimento de 2.112 marmitex, no valor estimativo de R\$ 28.512,00.

Entretanto, verificamos que a proposta considerada vencedora deste certame, coincidentemente apresentada pela mesma empresa vencedora da licitação anterior, qual seja, Panificadora e Confeitaria Braz de Queiroz Indústria e Comércio Ltda, está no valor total de R\$ 995.616,00 (f. 166).

Assim, verifica-se que o valor referenciado e obtido neste certame (Edital nº 115/2013) está aproximadamente 60% (sessenta por cento) acima do valor



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

que seria contratado pela licitação anterior (Edital nº 035/2013), a qual, conforme demonstrado, foi anulada em razão da alta estimativa no valor dos preços.

Nesta situação, forçoso reconhecer que este procedimento não poderá ter sequência, **diante das irregularidades instrutórias na fase interna e pela forma como foi realizado o certame.**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe, de forma bastante objetiva e clarividente a regra pela qual a Administração Pública deve proceder para suas aquisições, ou seja, mediante processo de licitação pública:

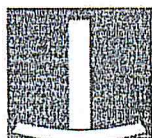
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas para licitações e contratos na Administração Pública, elencou expressamente os objetivos, a forma de processamento e os princípios regentes de um procedimento licitatório:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Em face de tais comandos normativos, necessário que a análise para homologação do procedimento encartado nestes autos se dê à luz dos referidos



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

parâmetros.

Como visto, assim como ocorreu na licitação anterior mencionada, a fixação do preço de referência foi viciada em razão de cotações fora da realidade de mercado, maculando o procedimento licitatório, o que importa em grave mitigação aos princípios do interesse público, da economicidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, dentre outros.

Veja-se que as pesquisas de preços são medidas que colocam a Administração Pública em contato com os seus fornecedores, não raro os mesmos fornecedores que estarão presentes nas sessões de licitação. Por isso mesmo, acabam ocorrendo desvios de preços substanciais e que afetam com profundidade as compras públicas.

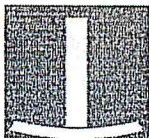
A Administração Pública não dispõe das mesmas liberdades dos particulares para a realização de negócios jurídicos, vez que está atrelada a determinados princípios, dentre os quais o da Moralidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Igualdade, Publicidade, Razoabilidade, Economicidade e da Legalidade.

Outrossim, muito embora o preço tenha sido fixado em valor elevado, apenas 1 (uma) empresa participou da fase dos lances, evidenciando que a licitação, na forma estipulada, pode ter restringido a competitividade.

Outra questão que se apresenta é a frustração da finalidade da licitação e da economicidade.

A licitação é um procedimento por meio do qual a Administração Pública visa adquirir serviços ou bens com a maior vantajosidade possível. Nos ensinamentos de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, licitação é o "procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental (...) convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados" (**Curso de Direito Administrativo**, Malheiros, 2011, p. 530).

O princípio da eficiência se relaciona diretamente ao princípio da economicidade, que impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de praticar as atividades administrativas com observância da relação custo-benefício, de modo que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais vantajosa e eficiente para o Poder Público.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Folha 246

A propósito, o texto constitucional inseriu no ordenamento jurídico parâmetro de natureza essencialmente gerencial, intrínseco à noção de eficiência, eficácia e eficiência, eficácia e efetividade, impondo como um dos vetores da regular gestão de recursos e bens públicos o respeito ao princípio da economicidade, ao lado do basilar princípio da legalidade e do princípio da legitimidade (CF, art. 70, caput).

A economicidade alcança a definição da teoria da maximização da eficiência econômica que induz uma busca de alocação dos recursos de forma mais eficiente e se transforma num esforço constante de minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução das atividades públicas, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

Assim, a possibilidade real de prejuízo ao interesse público e a consequente frustração da finalidade da licitação, assim como da economicidade, ensejam a anulação ou a revogação do processo de licitação, porquanto sua continuidade com a respectiva contratação poderá gerar prejuízo ao erário.

Diante desta constatação, forçoso reconhecer que não foram cumpridos o regramento legal e os princípios norteadores da Administração Pública e aplicáveis à licitação, notadamente, os da legalidade, igualdade, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Neste caso, a Lei de Licitações e Contratos, assim impõe:

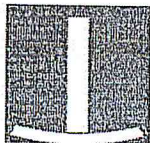
Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros,** mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

Tribunal de Justiça

Folha

247

O Edital da referida licitação, também prevê (f. 135):

87. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Tribunal de Justiça revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou **anulá-la por ilegalidade**, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Tribunal poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

Ademais, a possibilidade/necessidade de declaração de nulidade dos próprios atos pela Administração Pública encontra-se pacificada e sumulada pelo Supremo Tribunal Federal:

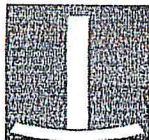
Súmula 346 - A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

A anulação pode ocorrer em qualquer fase do procedimento, no presente caso antes da homologação da licitação, sem gerar qualquer direito de indenização (art. 49, § 1º, LLC).

Nesse prisma, as lições de RENATO NASCIMENTO, ao referir-se ao instituto da "anulação da licitação", em sua obra "Licitações e Contratos Administrativos, Manual de Compras e Contratações na Administração Pública", Ed. Fórum, 2ª edição, 2012, p.121: *"a anulação da licitação baseia-se na ilegalidade; poderá ser feita em qualquer fase do procedimento, antes ou depois da assinatura do contrato, desde que aponte a infringência à lei ou ao edital; não gera qualquer direito de indenização (...)".*

Ainda, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica

vencedor da licitação não é titular de nenhum direito antes de assinar o contrato, tem apenas mera expectativa de direito:

O vencedor do processo licitatório não é titular de nenhum direito antes da assinatura do contrato. Tem mera expectativa de direito, não se podendo falar em ofensa ao contraditório e à ampla defesa, previstos no § 3º do artigo 49 da Lei nº 8.666/93. Precedentes. 5. Recurso ordinário desprovido. (STJ, ROMS 200901812078, 2ª turma, DJE: 02/12/2009).

Isso posto, considerando o poder de autotutela da Administração Pública consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e na supremacia do interesse público na condução dos procedimentos licitatórios, com fundamento no art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93, e nas atribuições a mim conferidas pelo Decreto Judiciário nº 1.693, de 2009, anulo a licitação processada por meio do Edital nº 115/2013.

Consequentemente, restam prejudicadas as análises e deliberação dos recursos apresentados.

Decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, sigam os autos à Diretoria Financeira para o cancelamento da reserva orçamentária.

Após, à Coordenadoria Administrativa do Foro da Comarca de Goiânia para ciência e providências de arquivamento deste procedimento e nova instrução para a pretendida contratação dos serviços, caso ainda seja necessário.

Dê-se ciência à Comissão Permanente de Licitação e aos Pregoeiros para as anotações de praxe e para cuidar que toda a regulamentação vigente inerente ao procedimento licitatório seja rigorosamente cumprida, evitando transtornos e atrasos desnecessários.

Publique-se.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2014.

Wilson Gamboge Júnior
Diretor-Geral

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente decisão foi encaminhada ao Diário Eletrônico para a devida publicação. dou fé.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2014

Serviço Executivo
Diretoria-Geral